

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Conteúdo

Dolotó	prio dos auditores independentes	2
	ço patrimonial	
	nstrações dos resultados	
	nstrações dos resultadosnstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	
	nstração do resultado abrangente	
	nstração do valor adicionado	
	nstração dos fluxos de caixa	
	explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias	13
1	Informações gerais	15
2	Principais políticas contábeis	
3	Caixa e equivalentes de caixa	
4	Aplicações financeiras	
5	Valores a receber	
6	Impostos, taxas e contribuições	
7	Partes relacionadas	
8	Investimentos	
9	Informações por segmento de negócios	
10	Imobilizado (Consolidado)	
11	Intangível (Consolidado)	
12	Fornecedores	
13	Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)	
14	Concessão de serviço público	
15	Provisão para riscos processuais.	
16	Patrimônio líquido (Controladora)	
17	Receita	
18	Custos e despesas por natureza	
19	Resultado financeiro	
20	Resultado por ação	
21	Seguros (Não revisado)	
22	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	
23	Transações não caixa	
24	Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	
25	Eventos subsequentes	70



Mazars Auditores Independentes Rua da Candelária, 60, 8º e 9º andares Centro, Rio de Janeiro Tel.: (21) 3233-4700 www.mazars.com.br

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas Investimentos e Participações em Infraestrutura – INVEPAR Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Investimentos e Participações em Infraestrutura – INVEPAR ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota 1 às informações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia: (i) incorreu no prejuízo de R\$ 233.682.000 (individual) e de R\$ 435.166.000 (consolidado) durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022; (ii) naquela data, o passivo circulante do Grupo, desconsiderando os ativos mantidos para venda, excedeu o ativo circulante em R\$ 392.628.000 (consolidado), causado, principalmente pela sua controlada GRU Airport, pelo registro no passivo circulante de passivos de concessão de serviço público; e (iii) a Companhia possuía o saldo de passivo a descoberto no valor de R\$ 1.346.943.000 (individual) e R\$ 3.256.966.000 (consolidado) em 30 de setembro de 2022. Em 30 de setembro de 2022, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa em relação à continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.



Mazars Auditores Independentes Rua da Candelária, 60, 8º e 9º andares Centro, Rio de Janeiro Tel.: (21) 3233-4700 www.mazars.com.br

As demonstrações contábeis intermediárias da controlada Linha Amarela S.A. – LAMSA, apresenta parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional em relação a litígio com o Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, notificou a Companhia, autorizando a abertura de processo para apurar a nulidade do 11° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que prorrogou o prazo da Concessão por mais 15 anos a serem contados a partir de 1° de janeiro de 2023, da referida empresa controlada. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos indicam a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Linha Amarela S.A. – LAMSA. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR – da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2022

Mazars Auditores Independentes CRC 2 SP023701/O-8 "F" RJ

DocuSigned by:

—37095C162BEC440...
Cleber de Araujo

(leber de drawo

Contador CRC 1SP213655/O-8

Balanços patrimoniais Em 30 de setembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	•	Contro	ladora	Conso	lidado
	<u>Nota</u>	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<u>ATIVO</u>	•	_			
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	274.157	250.810	632.566	358.366
Aplicações financeiras	4	29.329	121.916	1.653.362	1.012.811
Contas a receber	5	124	-	343.394	221.058
Estoques		-	-	11.654	11.686
Tributos a recuperar	6.a	10.153	6.005	58.453	45.360
Adiantamentos		683	325	16.065	7.411
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	150.646	154.161	-	-
Partes relacionadas	7	68.517	57.339	-	-
Outros		9.519	1.013	9.519	1.012
Total do ativo circulante		543.128	591.569	2.725.013	1.657.704
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 24	184.509	234.434	1.436.324	1.712.425
Total do ativo circulante e mantidos para venda e operações descontinuadas		727.637	826.003	4.161.337	3.370.129
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	171.205	158.385
Contas a receber	5	-	-	139.745	46.304
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	99.311	99.311	99.311	99.311
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	853.142	787.619
Estoques		-	-	4.238	4.267
Tributos a recuperar	6.a	-	-	320.674	336.977
Partes relacionadas	7	251.386	244.878	140.796	134.064
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	15.342	17.402	-	-
Depósitos judiciais		959	1.015	35.090	31.159
Outros ativos	_				129
Total do não ativo circulante		366.998	362.606	1.764.201	1.598.215
Investimentos	8	222.261	77.761	101.765	77.698
Imobilizado	10	4.294	5.868	18.265	7.752
Intangível	11	13.205	17.138	12.435.594	12.766.537
Total do ativo não circulante		606.758	463.373	14.319.825	14.450.202
TOTAL DO ATIVO		1.334.395	1.289.376	18.481.162	17.820.331

Balanços patrimoniais Em 30 de setembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	-	Control	ladara .	Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
- 7.0010 E - 7.1111110 FIGURE	<u> </u>	00/00/2022		00/00/2022	0171272021
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	987	2.849	67.655	54.077
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	347.893	322.347
Debêntures	13	-	-	150.531	129.849
Impostos a recolher	6.c	419	40.492	48.230	147.192
Obrigações com empregados e administradores		4.813	8.518	28.228	25.532
Concessão de serviço público		-	-	2.284.043	2.204.864
Partes relacionadas	7	274	261	-	-
Receita diferida		-	-	53.351	25.413
Adiantamentos de clientes		-	-	5.630	6.787
Outros passivos	<u>-</u>	-		132.080	119.420
Total do passivo circulante	-	6.493	52.120	3.117.641	3.035.481
Passivos mantidos para venda e operação descontinuada	8 e 24	275.455	174.895	1.309.562	1.406.294
TOTAL	- -	281.948	227.015	4.427.203	4.441.775
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	_	_	1.808.899	2.047.212
Debêntures	13	960.732	875.718	1.487.548	1.411.927
Concessão de serviço público	14	_	_	13.541.325	12.521.796
Provisão para riscos processuais	15	1.000	1.116	46.641	38.999
Receita diferida		-	-	394.454	152.617
Dividendos a pagar	7	22.841	22.841	24.073	24.073
Provisão para passivo descoberto	8	1.414.026	1.275.051	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	7.166	3.619
Outros	_	791_	896	819	896
Total do passivo não circulante	_	2.399.390	2.175.622	17.310.925	16.201.139
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados	10.4	(5.214.862)	(4.981.180)	(5.214.862)	(4.981.180)
r rojaizoo dodirraiddoo	-	(1.346.943)	(1.113.261)	(1.346.943)	(1.113.261)
Participação dos não controladores	-	-		(1.910.023)	(1.709.322)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	_	(1.346.943)	(1.113.261)	(3.256.966)	(2.822.583)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.334.395	1.289.376	18.481.162	17.820.331

Demonstrações dos resultados Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	<u>Nota</u>	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita operacional líquida Receita de construção Custo dos serviços prestados Custo de construção LUCRO BRUTO	17 17 17 17	- - - -	- - - -	1.758.197 5.697 (1.219.316) (5.697) 538.881	1.122.689 29.449 (920.223) (29.449) 202.466
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas Equivalência patrimonial Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas RESULTADO OPERACIONAL	18 8 18	(32.502) (121.357) (1.275) (155.134)	(74.074) (554.847) 16.618 (612.303)	(139.969) 3.299 259.966 662.177	(137.287) 15.868 41.427 122.474
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS Receitas financeiras Despesas financeiras Total	19 19	68.796 (89.350) (20.554)	59.369 (408.490) (349.121)	216.168 (1.316.907) (1.100.739)	116.392 (2.056.559) (1.940.167)
PREJUÍZO DO PERIODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(175.688)	(961.424)	(438.562)	(1.817.693)
Imposto de renda e contribuição social Corrente Diferido PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	6.d			61.390 (2.810) 64.200 (377.172)	48.064 - 48.064 (1.769.629)
Atribuível aos acionistas não controladores Atribuível aos acionistas controladores		(175.688)	(961.424)	(201.484) (175.688)	(808.205) (961.424)
Prejuízo do período do ativo mantido para venda e operações descontinuadas	8 e 25	(57.994)	(457.756)	(57.994)	(457.756)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(233.682)	(1.419.180)	(435.166)	(2.227.385)
Atribuível aos acionistas não controladores Atribuível aos acionistas controladores	·	(233.682)	(1.419.180)	(201.484) (233.682)	(808.205) (1.419.180)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$) Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	20 20	(0,4094) (0,4094)	(2,2402) (2,2402)		
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$) Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	20 20	(0,1351) (0,1351)	(1,0666) (1,0666)		

Demonstrações dos resultados Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	<u>Nota</u>	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	
Receita operacional líquida	17	-	_	642.959	404.504	
Receita de construção	17	-	-	1.632	8.426	
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(420.731)	(312.206)	
Custo de construção	18			(1.632)	(8.426)	
LUCRO BRUTO		-	-	222.228	92.298	
Receitas (despesas) operacionais						
Gerais e administrativas	18	(11.174)	(57.740)	(29.383)	(63.583)	
Equivalência patrimonial	8	155.126	(219.743)	(1.932)	5.047	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(12.575)	(3.252)	100.712	15.788	
RESULTADO OPERACIONAL		131.377	(280.735)	291.625	49.550	
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS						
Receitas financeiras	19	25.638	18.949	88.163	36.482	
Despesas financeiras	19	(8.483)	(148.015)	(54.145)	(851.185)	
Total		17.155	(129.066)	34.018	(814.703)	
PREJUÍZO DO PERIODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		148.532	(409.801)	325.643	(765.153)	
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	44.970	7.944	
Corrente			-	(1.103)	=	
Diferido				46.073	7.944	
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		148.532	(409.801)	370.613	(757.209)	
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	222.081	(347.409)	
Atribuível aos acionistas controladores		148.532	(409.801)	148.532	(409.800)	
Prejuízo do período do ativo mantido para venda e operações descontinuadas	8 e 25	(29.521)	(121.568)	(29.521)	(121.568)	
PREJUÍZO DO PERÍODO		119.011	(531.369)	341.092	(878.777)	
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	222.081	(347.408)	
Atribuível aos acionistas controladores		119.011	(531.369)	119.011	(531.369)	
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	20	0,2773	(1,2381)			
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	20	0,2773	(1,2381)			
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	20	(0,0688)	(0,2833)			
Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	20	(0,0688)	(0,2833)			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	3.867.919	(4.430.550)	(562.631)	(1.129.858)	(1.692.489)
Prejuízo do período	-	(1.419.180)	(1.419.180)	(808.205)	(2.227.385)
Efeitos das operações mantidas para venda	-	-	-	(7.583)	(7.583)
Ajuste de exercícios anteriores	<u> </u>			(9.642)	(9.642)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021	3.867.919	(5.849.730)	(1.981.811)	(1.955.288)	(3.937.099)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	3.867.919	(4.981.180)	(1.113.261)	(1.709.322)	(2.822.583)
Prejuízo do período	<u> </u>	(233.682)	(233.682)	(200.701)	(434.383)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	3.867.919	(5.214.862)	(1.346.943)	(1.910.023)	(3.256.966)

Demonstração do resultado abrangente Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
PREJUÍZO DO PERÍODO	(233.682)	(1.419.180)	(435.166)	(2.227.385)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		<u>-</u>	<u>-</u>	
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(233.682)	(1.419.180)	(435.166)	(2.227.385)
Acionistas controladores Acionistas não controladores	(233.682)	(1.419.180)	(233.682) (201.484)	(1.419.180) (808.205)

Demonstração do valor adicionado Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

			Controladora		Consolidado
	_	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas	13	16.995	50.722	2.752.339	1.671.458
Receita operacional	17	-	-	2.451.970	1.563.057
Receita de construção	17	-	-	5.697	29.449
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvido	sa	-	-	(8.909)	28.230
Outras receitas	5.a	16.995	50.722	303.581	50.722
Insumos adquiridos de terceiros		(29.872)	(54.378)	(892.535)	(604.819)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(739.488)	(475.360)
Custo de construção	17	-	-	(5.697)	(29.449)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(35.498)	(204.327)	(151.161)	(250.585)
Perda/recuperação de valores ativos	18	5.903	150.049	4.105	150.675
Outros custos		(277)	(100)	(294)	(100)
Valor adicionado bruto		(12.877)	(3.656)	1.859.804	1.066.639
Retenções		(5.242)	(8.638)	(762.188)	(610.958)
Depreciação e amortização	10 e 11	(5.242)	(8.638)	(762.188)	(610.958)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	_	(18.119)	(12.294)	1.097.616	455.681
Valor adicionado recebido em transferência		(52.561)	(495.478)	219.467	132.260
Resultado de equivalência patrimonial	8	(121.357)	(554.847)	3.299	15.868
Receitas financeiras	19	68.796	59.369	216.168	116.392
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir	_	(70.680)	(507.772)	1.317.083	587.941
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(57.994)	(457.756)	(57.994)	(457.756)
Total do valor adicionado a distribuir	_	(128.674)	(965.528)	1.259.089	130.185

Demonstração do valor adicionado Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Distribuição do valor adicionado	(128.674)	(965.528)	1.259.089	130.185
Pessoal e encargos	12.726	39.643	92.380	108.008
Remuneração direta	11.247	32.123	65.824	78.778
Benefícios	1.046	3.984	22.237	21.875
FGTS	433	3.529	4.319	7.090
Outros	-	7	-	265
Impostos, taxas e contribuições	5.965	5.149	287.465	164.915
Federais	5.661	5.078	201.542	111.517
Estaduais	161	-	168	602
Municipais	143	71	85.755	52.796
Remuneração capital de terceiros	86.317	408.860	1.314.410	2.084.647
Juros	45.273	405.734	266.478	2.013.038
Variação	40.366	-	41.342	-
Aluguéis	165	369	186	369
Atualização outorga	-	-	997.203	-
Outros	513	2.757	9.201	71.240
Remuneração de capital próprio	(233.682)	(1.419.180)	(435.166)	(2.227.385)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores			(201.484)	(808.205)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(233.682)	(1.419.180)	(233.682)	(1.419.180)

Demonstração do fluxo de caixa Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

			Controladora	Consolidado		
	Nota	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Resultado antes dos impostos		(175.688)	(961.424)	(438.562)	(1.817.693)	
Ajustes:		,	(/ /	,	,	
Resultado de operações descontinuadas e mantidos a venda		(57.994)	(457.756)	(57.994)	(457.756)	
Depreciações e amortizações	10 e 11	5.242	5.378	762.327	607.792	
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	278	100	344	149	
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		- /	-	(9.544)	(28.689)	
Dividendos e JSCP		/ -	(21.903)	-	7.523	
Perda de valor recuperável investimentos		(24.621)	-	(28.263)	-	
Equivalência patrimonial	8	121.357	554.847	(3.299)	(15.868)	
Apropriação receita diferida			<u>-</u>	(29.080)	(8.359)	
Provisão para riscos processuais		(116)	23	7.642	1.328	
Variações monetárias e encargos, líquidos		84.971	383.425	1.316.063	1.993.022	
Reequilibrio econômico financeiro		-	-	(54.496)	(107.725)	
Participações dos acionistas não controladores		(0.500)		(0.507)	(17.226)	
Outros créditos		(8.506)	3.125	(8.507)	2.911	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Contas a receber de clientes	5.a	(124)	-	(206.233)	(37.014)	
Estoques		-	-	61	(1.243)	
Impostos a recuperar	6	(4.148)	(1.880)	3.210	18.250	
Depósitos judiciais	15	56	(70)	(3.931)	(2.146)	
Adiantamentos		-	87	-	(4.437)	
Partes relacionadas	7	(17.686)	91.469	(6.732)	(6.880)	
Outros		(105)	45.298	12.712	45.465	
(Aumento) redução nos ativos operacionais dos ativos mantidos para venda e		(59.831)	120.803	276.101	48.375	
operação descontinuada		(53.551)	120.003	270.101	40.073	
(Aumento) redução nos passivos operacionais:						
Fornecedores	12	(1.862)	(890)	13.578	(3.514)	
Obrigações com empregados e administradores		(3.705)	(537)	2.696	`5.874 [°]	
Impostos a recolher	6	(40.073)	(1.277)	(164.485)	(78.397)	
Partes relacionadas		` 13 [´]	· ,	-	(637)	
Adiantamentos clientes		-	-	2.390	(9.679)	
Outras obrigações e contas a pagar		(358)	604	(8.654)	`7.518 [°]	
Outorga Variável	14	-		194.560	128.144	

Demonstração do fluxo de caixa Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

			Controladora		Consolidado
	<u>Nota</u>	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Pagamento da outorga variável	14	_		(183.077)	-
Receita diferida	14	-	/ -	342.109	95.555
Provisão para perda de investimento		-	197.296	-	369.615
(Aumento) redução nos passivos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada	_	100.560	<u> </u>	(96.732)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	_	(82.340)	(43.282)	1.634.204	734.258
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos/compensados		/ <u>-</u>	-	64.200	-
Juros e remununerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	<i>/</i> -	-	(163.644)	(172.088)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	_	(82.340)	(43.282)	1.534.760	562.170
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado		(13)	(1)	(13.997)	(35)
Aquisição de intangível		-	(227)	(326.978)	(26.594)
Amortização ágio		-	3.259		3.259
Aplicações financeiras	4	92.587	(47.252)	(653.371)	(664.488)
Recebimento de dividendos e JSCP	_	7.495		7.495	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	_	100.069	(44.221)	(986.851)	(687.858)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	43	43	779	1.372
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	(274.488)	(244.164)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	_	5.575		<u> </u>	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	_	5.618	43	(273.709)	(242.792)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E					
EQUIVALENTES DE CAIXA	-	23.347	(87.460)	274.200	(368.480)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	272.780	358.366	629.490
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	274.157	185.320	632.566	261.010
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E	_				
EQUIVALENTES DE CAIXA	-	23.347	(87.460)	274.200	(368.480)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR ("INVEPAR", "Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada no Centro Empresarial Mourisco na Praia de Botafogo, 501, Botafogo, térreo loja H – Rio de Janeiro – RJ foi constituída sob a forma de "sociedade por ações". A Companhia possui registro de Companhia Aberta, na categoria "A", junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como seque:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. – LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT
Concessionária ViaRio S.A. – VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. – VIA040
PEX S.A. – PEX
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. – LAMBRA

Mobilidade Urbana

Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – GRUPAR Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. – *GRU AIRPORT*

Holdings

HLASA Participações S.A. – HLASA foi incorporada à empresa PEX S.A em 18 de julho de 2022.

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados "grupo INVEPAR" ou "grupo".

As informações contábeis das controladas, e das coligadas VIARIO, CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 07 de março de 2022, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Invepar") foi encerrado, deixando o mesmo de fazer parte das empresas do Grupo Invepar.

Em 30 de setembro de 2022, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido de R\$ 536.635 na controladora e um capital circulante líquido negativo de R\$ 392.628 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2021 apresentou um capital circulante líquido R\$ 539.450 na controladora e um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.377.777 no consolidado. Os resultados do capital circulante negativo são impactados no consolidado principalmente pela sua controlada GRU Airport, que tiveram suas demonstrações contábeis preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Pelos próximos 10 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis intermediárias em 11 de novembro de 2022.

1.2 Coronavírus (COVID-19)

Efeitos da pandemia da COVID-19

Em decorrência da melhora no cenário dos efeitos da pandemia da COVID-19, alguns municípios passaram adotar medidas menos restritivas, não sendo mais obrigatório o uso de máscara em locais abertos ou fechados desde o dia 8 de março de 2022.

Apesar do surgimento de novas variantes, até o momento da divulgação dessas demonstrações intermediárias, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo período do ano anterior.

A Administração continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade aeroportuária e minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

2 Principais políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de "Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021"), publicadas na imprensa oficial em 29 de março de 2022.

2.1 Novas normas e pronunciamentos ainda não adotadas

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	15	33	9.837	105.010
Aplicações financeiras				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	274.142	230.057	622.729	232.636
Fundo Mover (a)	-	20.720	-	20.720
Total de caixa e equivalentes de caixa	274.157	250.810	632.566	358.366

As Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sem risco de mudança de valor e prontamente resgatáveis. Em 30 de setembro de 2022, a rentabilidade média de 103,60% do CDI (99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 04 de maio de 2022, a INVEPAR realizou o resgaste do Fundo Mover.

4 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado
30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
29.329	112.820	29.329	256.385
-	-	1.624.033	747.330
-	9.096	-	9.096
29.329	121.916	1.653.362	1.012.811
-	-	171.205	158.385
		171.205	158.385
29.329	121.916	1.824.567	1.171.196
	29.329 - - 29.329	30/09/2022 31/12/2021 29.329 112.820 - 9.096 29.329 121.916	30/09/2022 31/12/2021 30/09/2022 29.329 112.820 29.329 - - 1.624.033 - 9.096 - 29.329 121.916 1.653.362 - - 171.205 - - 171.205

- (a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins, sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 30 de setembro de 2022, a taxa média de rentabilidade destas aplicações foi de 101,70% do CDI (97,44% em 31 de dezembro de 2021).
- b) Os fundos são remunerados pela taxa média de 100,17% do CDI em 30 de setembro de 2022 (102,25% do CDI em 31 de dezembro de 2021) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC"). "Essa aplicação foi encerrada em 07 de março de 2022".

5 Valores a receber

5.a Contas a receber

	Control	adora	Consolidado		
_	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Ativo circulante					
Aeronaves e passageiros (a)	-	-	138.147	93.872	
Armazenagem e capatazia (a)	-	-	36.014	21.759	
Valores a receber de pedágios (b)	-	-	4.373	-	
Receitas acessórias	124	-	256.905	187.928	
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(92.045)	(82.501)	
Total ativo circulante	124	-	343.394	221.058	
Ativo não circulante					
Cessão de espaço (a)	-	-	101.806	9.855	
Valores a receber GRU (c)	-	-	37.939	36.449	
Total ativo não circulante	-	-	139.745	46.304	
Total contas a receber	124	<u> </u>	483.139	267.362	

- (a) Refere-se às operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias com aeronaves, armazenagem, e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.
- (c) Refere-se a valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO decorrentes da transição da operação.

Em 30 de setembro de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é assim demonstrada:

		Perdas esperadas para créditos de	Saldo ainda não vencido e sem perda	Saldos vencidos						
	Total	liquidação duvidosa	por redução ao valor	< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 120 dias	de 121 - 150 dias	de 151 - 180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2022	483.139	(92.045)	454.151	17.236	10.672	8.716	5.596	2.188	1.444	75.181
31 de dezembro de 2021	267.362	(82.501)	22.030	212.148	14.985	10.587	6.987	3.143	1.659	78.324

^{*} Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não está provisionado, pois se refere basicamente aos valores a receber da INFRAERO em *GRU AIRPORT*, nos montantes de R\$ 37.939 em 30 de setembro de 2022 (R\$36.449 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de setembro de 2022, o saldo das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 92.045 (R\$ 82.501 em 31 de dezembro de 2021). O montante é substancialmente referente à controlada da Companhia, *GRU AIRPORT*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:

		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	(82.501)	(137.443)
Adições/Reversões	(17.995)	54.829
Baixa	9.086	113
Transferido para "ativos mantidos para venda"	(635)	-
Saldo no fim do período	(92.045)	(82.501)

5.b Venda de investimento

Em 30 de abril de 2020, a alienação da CART foi realizada por R\$ 783.966, líquida da perda no montante de R\$ 80.241 capturada na avaliação dos ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019.

Em maio de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 445.376 pela venda da CART ao IBH II e R\$ 81.328 em junho de 2020. Em 28 de setembro de 2020, a INVEPAR recebeu R\$ 93.673 e registrou uma perda adicional de R\$ 53.589 em decorrência do ajuste de preço da venda. Em 31 de dezembro de 2020, a INVEPAR reconheceu um ajuste a valor presente no montante de R\$ 10.689. O restante, de R\$ 99.311, receberá em até 4 anos:

Cronograma de recebimento no longo prazo:

Até 2 anos	R\$ 55.000
Até 3 anos	R\$ 27.500
Até 4 anos	R\$ 27.500
AVP	(R\$ 10.689)
Total	R\$ 99.311

A avaliação ao valor recuperável do ativo financeiro decorrente da venda das ações da CART considera a expectativa de recebimento do valor de R\$ 110 milhões dado em garantia ao Patria Investimentos. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) liberação do valor dado em garantia sobre o período 2022 a 2024, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda; (ii) atualização dos valores das parcelas liberadas com o CDI entre a data do fechamento da transação de compra e venda e as datas das respectivas liberações; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA) e CDI; (v) taxa de desconto do capital próprio para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento das parcelas do ativo financeiro.

Os valores não tiveram atualização no exercício de 2021 e no trimestre findo em 30 de setembro de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6 Impostos, taxas e contribuições

(a) Tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	8.768	2.171	23.406	7.838
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	-	2.546	790	2.982
PIS e COFINS (b)	7	7	32.877	33.258
Outros	1.378	1.281	1.380	1.282
Total circulante	10.153	6.005	58.453	45.360
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	_	_	69	64
PIS e COFINS (b)	-		320.605	336.913
Total não circulante	-		320.674	336.977
Total tributos a recuperar	10.153	6.005	379.127	382.337

- (a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras
- (b) Estão representados por créditos de PIS e COFINS da controlada *GRU AIRPORT* no montante de R\$ 353.482 em setembro de 2022 (R\$ 370.171 em 31 de dezembro de 2021) e decorre, basicamente, da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme legislação vigente.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

	Consolidado			
Natureza	30/09/2022	31/12/2021		
Ativo diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.330.493	1.330.493		
Diferenças temporárias - Provisões indeduiveis	22.033	18.041		
Total do ativo fiscal diferido	1.352.526	1.348.534		
Passivo diferido				
Amortização do direito de concessão e margem de construção	(448.153)	(479.644)		
AVP - Amortização de outorga e reequilíbrio	(50.606)	(81.107)		
Outros diferidos passivos	(625)	(164)		
Total do passivo fiscal diferido	(499.384)	(560.915)		
Impostos diferidos – Ativo	853.142	787.619		

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de transição (RTT), corresponde a controlada *GRU Airport* e são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme inciso IV do artigo 69 da Lei n° 12.973/14.

As holdings INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$ 840.332, R\$ 7.594 e R\$ 38.119, respectivamente.

O valor acumulado, até 30 de setembro de 2022, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos na controlada *GRU Airport* totaliza o montante de R\$ 1.465.768 em setembro 2022, (R\$ 1.391.959 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas de CSSL nos seguintes exercícios:

Projeções de resultados tributáveis	Consolidado 30/09/2022
2024	24.453
2025	51.539
2026	78.484
2027 em diante	1.198.050
Total dos ativos fiscais diferidos	1.352.526
Total dos passivos fiscais diferidos Total dos impostos diferidos	(499.384) 853.142

O montante correspondente ao ativo fiscal diferido é advindo da controlada *GRU Airport*. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

(c) Tributos a recolher

		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	544	10.909	30.755	104.998
ISS	-	18	11.069	11.151
IRPJ e CSLL	158	30.399	4.041	30.412
INSS sobre terceiros	1	-	1.937	1
IRRF e CSRF	(284)	(834)	1.487	630
Circulante	419	40.492	49.289	147.192

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Contro	ladora	Conso	lidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(175.688)	(961.424)	(438.562)	(1.817.693)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	59.734	326.884	149.111	618.015
Adições/Exclusões permanentes	70.496	(1.127)	70.466	(1.152)
Equivalência patrimonial	(116.940)	(188.648)	(74.345)	7.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(13.290)	(137.109)	(83.842)	(575.894)
Total dos impostos no resultado	-		61.390	48.064
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(2.810)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	64.200	48.064
Total dos impostos no resultado	-		61.390	48.064

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme taxas praticadas no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição

Controladora

30/09/2022								
	Transação		Ativo		Passivo		Resultado	
Parte relacionada		Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa	
LAMSA	Dividendos / JSCP	Controlada	146.860	4.267	-	-	-	
VIA40	Outorga de garantia (c)	Controlada	62.009	-	-	-	(13.572)	
LAMSA	JSCP	Controlada	4.613	-	265	-	-	
CLN	JSCP	Controlada	3.786	-	-	-	-	
CLN	Compart. Despesas (a)	Controlada	1.289	-	-	-	3.649	
GRUPAR	Outros (e)	Controlada	521	-	9	-	-	
HLASA	Compart. Despesas (a)	Controlada	85	-	-	-	-	
LAMBRA	Outros (e)	Controlada	-	110.451	-	-	-	
VIARIO	Mútuo (d)	Coligada	-	98.765	-	-	(8.973)	
VLT	Mútuo (d)	Coligada	-	41.806	-	-	(20.105)	
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-	
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-	
PEX	Mútuo (d)	Controlada	-	140	-	-	-	
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841		
Total			219.163	266.728	274	22.841	(39.001)	
	Total de dividendos e JSCP		150.646	15.342	-	22.841	-	
	Total de partes relacionadas		68.517	251.386	274	-	(39.001)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora

31/12/2021								
			Ati	vo	Passivo		Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa	
LAMSA	Dividendos	Controlada	146.860	4.267	_	_	_	
VIARIO	Mútuo (d)	Controlada	26.260	89.793	_	_	(6.940)	
VIA40	Outorga de garantia (c)	Controlada	22.177	-	-	-	(17.837)	
CLN	Dividendos/JSCP	Controlada	7.301	2.060	-	-	-	
LAMSA	Compart. Despesas (a)	Controlada	4.613	-	261	-	_	
CLN	Compart. Despesas (a)	Controlada	3.683	-	-	-	-	
GRUPAR	Compart. Despesas (a)	Controlada	521	-	-	-	-	
HLASA	Compart. Despesas (a)	Controlada	85	-	-	-	-	
LAMBRA	Outros (e)	Controlada	-	110.451	-	-	-	
VLT	Mútuo (d)	Coligada	-	44.270	-	-	(13.611)	
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-	
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-	
PEX	Mútuo (d)	Controlada	-	140	-	-	(8)	
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841	-	
Total			211.500	262.280	261	22.841	(38.396)	
	Total de dividendos e JSCP		154.161	17.402		22.841	-	
	Total de partes relacionadas		57.339	244.878	261	-	(38.396)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado

_		30	0/09/2022		-		-
			A	Ativo	Pa	Resultado	
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.232	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-
VIARIO	Mútuo (d)	Coligada	-	98.766	-	-	(8.973)
VLT	Mútuo (d)	Coligada	-	41.806	-	-	(20.105)
Total			-	140.796	-	24.073	(29.078)
	Total de dividendos e JSCP		-	-		24.073	-
•	Total de partes relacionadas		-	140.796		-	(29.078)

Consolidado 31/12/2021

			A	tivo	Pa	Resultado	
onada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
	Dividendos		-	-	-	1.232	-
	Dividendes	A - i i - 4 -				22 044	

Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.232	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
Instituto Invepar	Compart. Despesas (a)	Controlada	-	-	-	-	-
VIARIO	Mútuo (d)	Coligada	-	89.793	-	-	(6.940)
VLT	AFAC (b)	Coligada	-	6.891	-	-	-
VLT	Mútuo (e)	Coligada	-	44.271	-	-	(13.611)
Total			-	140.955	-	24.073	(20.551)
Total d	e AFAC / dividendos e JSCP		-	6.891		24.073	-
1	Γotal de partes relacionadas		-	134.064		-	(20.551)

- a) Compartilhamento de despesas: Rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- b) AFAC foi incorporado ao capital nas operações de maio de 2022.
- c) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a VIA040 em 15 de dezembro de 2015 para que a Companhia constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela controlada.
- d) Mútuos: Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO, sendo 2 contratos remunerados a taxa de 130% do CDI (vencimento em 2034), 6 contratos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

remunerados a TR + 9,89% a.a. (vencimento em 2034) e 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a. (vencimento em 2028).

Os contratos de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VLT, com vencimentos até 2027, são remunerados a taxa de CDI + 5%a.a.

Os contratos de mútuo firmado com a PEX, com remuneração de 130% do CDI com vencimento em 31 de janeiro de 2022.

(e) Correspondem em sua maioria a ajustes intermediários e à quitação do Contrato de Compra e Venda de Debêntures com Opção de Revenda entre LAMBRA e Mubadala

FIDC INVEPAR

O FIDC INVEPAR iniciou as suas atividades em 28 de julho de 2020, com o objetivo de captar recursos para aquisição preponderantemente em direitos creditórios, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo. Essa operação foi encerrada em 07 de março de 2022.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

	Contro	ladora	Consolidado		
Composição	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Pró-labore	2.922	3.558	9.705	9.327	
Bônus Variáveis	1.664	2.649	2.235	2.649	
Encargos	917	1.231	2.370	2.349	
Outros benefícios	276	2.430	925	3.383	
Total	5.779	9.868	15.235	17.708	

Em 29 de abril de 2022 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da INVEPAR Holding de até R\$ 9.534 para o exercício de 2022.

8 Investimentos

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Participações acionárias

					Contro	adora			Consolidado				
		Partic	ipação	30/09	/2022	31/1:	2/2021	30/09	9/2022	31/1	2/2021		
Investida	Controle	30/09/2022	31/12/2021	Investimento/ Passivo a Descoberto	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento/ Passivo a Descoberto	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos para venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos para venda/ Operação descontinuada		
CLN	Controlada	92,92%	92,92%	120.496	-	-	105.878	-	-	_	115.563		
HLASA	Controlada	100%	100%	-	-	63	-	-	-	-	-		
LAMSA	Controlada	100%	100%	-	184.059	-	127.949	-	339.510	-	141.424		
PEX	Controlada	100%	100%	-	450	-	607	-	699	-	607		
CRT	Coligadas	24,92%	24,92%	35.430	-	36.419	-	35.430	-	36.419	-		
VLT	Coligadas	4,73%	8,35%	29.554	-	56.387	-	29.554	-	56.387	-		
VLT - Impairment	Coligadas	4,73%	8,35%	-	-	(56.387)	-	-	-	(56.387)	-		
VIARIO	Controladas em conjunto	33,34%	33,34%	36.781	-	41.279	-	36.781	-	41.279	-		
Sub-total				222.261	184.509	77.761	234.434	101.765	340.209	77.698	257.594		
V040	Controlada	100%	100%	-	(275.455)	_	(174.895)	-	(213.447)	_	48.537		
GRUPAR	Controlada	80%	80%	(1.330.983)	-	(1.191.194)	-	-	-	-	-		
LAMBRA	Controlada	100%	100%	(83.043)	-	(83.857)	-	-	-	-	-		
Sub-total				(1.414.026)	(275.455)	(1.275.051)	(174.895)		(213.447)		48.537		
Total				(1.191.765)	(90.946)	(1.197.290)	59.539	101.765	126.762	77.698	306.131		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação consolidada

	31/12/2021									30/09	9/2022
Investida	Controle	Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada	Participação da Invepar %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Dividendo e JSCP	Impairment	Baixa de investimento pela Venda	Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada
CRT	Coligada	36.419	-	24,92%		6.506	(7.495)	-	-	35.430	-
VLT	Coligada	53.842	-	4,73%	-	1.291	-	(25.579)	-	29.554	-
VLT - Impairm	€ Coligada	(53.842)	-	4,73%	-	-	-	53.842	-	-	-
VIARIO	Controlada em conjunt	41.279	-	33,34%	-	(4.498)	-	-	-	36.781	-
CLN	Controlada	-	115.563	92,92%	(129.882)	14.319	-	-	-	-	-
LAMSA	Controlada	=	141.424	100,00%	198.086	-	-	-	-	-	339.510
PEX	Controlada	=	607	100,00%	92	-	-	-	-	-	699
V040	Controlada		48.537	100,00%	(261.984)						(213.447)
		77.698	306.131		(193.688)	17.618	(7.495)	28.263	-	101.765	126.762

⁽a) A Administração baseada nos itens 8 e 9 do CPC 31, desclassificou a Concessionária Litoral Norte S.A – CLN de ativo mantido para venda, por não ter havido haver evolução no plano de venda.

		31/1	2/2020							31/12	2/2021
Investida	Controle	Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada	Participação da Invepar %	Movto. Mantido para venda	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JSCP	Impairment	Baixa de investimento pela Venda	Investimento	Mantido para venda / Op. descontinuada
CLN	Controlada	98.163	-	92,92%	17.400	-	-	-	-	-	115.563
HMOBI	Controlada	169	-	100%	(142)	-	-	-	(27)	-	(27)
CRT	Coligadas	38.143	=	24,92%	-	15.146	(12.885)	(3.985)	-	36.419	34.695
VLT	Coligadas	50.779	=	8,35%	-	3.063	-	-	-	53.842	56.905
VLT - Impairme	Coligadas	(50.779)	-	8,35%	-		-	(3.063)	=	(53.842)	(56.905)
VIARIO	Controlada em conjunt	40.173	=	33,34%	-	1.106	-	-	-	41.279	42.385
LAMSA	Controlada	-	247.322	100%	-	(105.898)	-	-	-	=	141.424
PEX	Controlada	-	694	100%	-	(87)	-	-	-	=	607
V040	Controlada	-	(69.274)	100%	-	117.811	-	-	-	=	48.537
MetroRio	Controlada	-	1.250.487	100%	(259.859)	-	-	-	(990.628)	-	=
MetroBarra	Controlada	-	100.026	100%	(69.405)	=	-	-	(30.621)	=	=
CRA	Controlada em conjunt	-	18.697	50%	105.261	-	-	-	(123.958)	-	=
CBN	Controlada em conjunt	-	28.901	50%	3.678	-	-	-	(32.579)	-	-
		176.648	1.576.853		(203.067)	31.141	(12.885)	(7.048)	(1.177.813)	77.698	383.184

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Provisão para perda de Investimento

		31/12/2021					30/09/2022		
Investida	Controle	Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada	Participação da Invepar %	Transferência	Equivalência patrimonial	Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada	
LAMBRA	Controlada	83.857	-	100	-	(814)	83.043	-	
GRUPAR	Controlada	1.191.194	-	80	-	139.789	1.330.983	-	
VIA040	Controlada	-	174.895	100	-	100.560	-	275.455	
HLASA	Controlada	-	-	100	(151)	151	-	-	
		1.275.051	174.895		(151)	239.686	1.414.026	275.455	

		31/12	/2020				31/12/2021		
Investida	Controle	Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada	Participação da Invepar %	Transferência	Equivalência patrimonial	Provisão para passivo descoberto	Operação descontinuada	
LAMBRA	Controlada	83.584	-	100	-	273	83.857	-	
GRUPAR	Controlada	791.485	-	80	-	399.709	1.191.194	-	
VIA040	Controlada		116.572	100		58.323		174.895	
		875.069	116.572			458.305	1.275.051	174.895	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informações sobre os investimentos da controladora

Participações acionárias vigentes em 30/09/2022

(a) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT" ou "Companhia") - foi constituída em 7 de novembro de 1995, sob a forma de "sociedade anônima", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22 de março de 1996.

Em 18 de março de 2021 foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022. O Processo de Haveres e Deveres foi iniciado atendendo a Resolução da ANTT 5.926, de 2 de fevereiro de 2021.

Em 21 de setembro de 2022, às 00:00 hs, o novo concessionário ECORioMinas assumiu a exploração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), anteriormente administrada pela Concessionária Rio Teresópolis S.A – CRT.

A CRT continua as tratativas com a ANTT, na esfera administrativa, para apuração final do processo de Haveres e Deveres e a definição de forma e prazo de pagamento dos créditos devidos à CRT.

(b) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a *Airports Company South* Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "*GRU AIRPORT*" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação na GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

(c) LAMBRA

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da *Línea Amarilla* Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da Línea *Amarilla* S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009, com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009, junto a Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU para a *Vinci Highways* S.A.S. ("VINCI").

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou as suas operações em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

(e) PEX

A Empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

(f) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

O Munícipio do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura juntamente com Concessionária do VLT Carioca S.A, assinaram o 5° e 6° termo aditivo ao contrato de concessão no qual o poder concedente se comprometeu a retomar os pagamentos das contraprestações (CAT-A). Por este motivo a Administração entende que não há risco para continuidade e reverteu o *impairment* que havia constituído.

(g) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

(h) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – (PPI).

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo termo aditivo.

(j) HLASA

HLASA Participações S.A. ("HLASA") foi fundada em 23 de setembro de 2020 com objeto social de participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior, e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. Em decorrência do processo de reestruturação do Grupo foi solicitado à CVM a baixa no registro da Companhia, o qual foi processado em 10 de janeiro de 2022.

Em 18 de julho de 2022, a empresa HLASA Participações S.A foi incorporada à empresa PEX.S.A.

(j) CLN

Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari – BA. Tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

Como não houve evolução no processo de venda, e seguindo orientação do CPC 31 item 8, em 30 de junho de 2022, a Administração desclassificou a Concessionária Litoral Norte (CLN) de ativo mantidos para venda, retornando o saldo para Investimentos e reconhecendo a equivalência patrimonial do período.

9 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo destacados os principais segmentos: (i) rodovias; (ii) aeroportos; e (iii) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e de suas controladas correspondentes a 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado do período findo em 30 de setembro de 2022

			30/09/2022		
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	1.704.760	53.437	-	-	1.758.197
Receita de construção	5.697	-	-	-	5.697
	1.710.457	53.437	-	-	1.763.894
Custo de serviços prestados	(1.191.302)	(28.014)	-	-	(1.219.316)
Custo de construção	(5.697)	-	-	-	(5.697)
Lucro bruto	513.458	25.423	-	-	538.881
Despesas gerais e administrativas	(97.720)	(9.747)	(32.502)	-	(139.969)
Equivalência patrimonial	-	-	(121.357)	125.640	4.283
Outras receitas (despesas) operacionais	260.324	916	(1.275)	-	259.965
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	676.062	16.592	(155.134)	125.640	663.160
Receitas financeiras	142.985	4.387	68.796	-	216.168
Despesas financeiras	(1.226.123)	(1.434)	(89.350)		(1.316.907)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(407.076)	19.545	(175.688)	125.640	(437.579)
Imposto de renda e contribuição social	64.547	(3.157)	-	-	61.390
Correntes	-	(2.810)	-	-	(2.810)
Diferidos	64.547	(347)	-	-	64.200
Prejuízo do período das operações continuadas	(342.529)	16.388	(175.688)	125.640	(376.189)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	-	(57.994)	-	(57.994)
Resultado do periodo após ativos mantidos para venda e descontinuado	(342.529)	16.388	(233.682)	125.640	(434.183)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(200.501)
Atribuível aos acionistas controladores	(342.529)	16.388	(233.682)	-	(233.682)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanço patrimonial findo em 30 setembro de 2022

	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	2.338.785	62.273	543.126	-	(219.171)	2.725.013
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	184.509	1.251.815	-	1.436.324
Ativo não circulante	14.321.368	137.521	606.759	-	(745.823)	14.319.825
Total do ativo	16.660.153	199.794	1.334.394	1.251.815	(964.994)	18.481.162
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						_
Passivo circulante	3.093.533	23.483	(268.963)	-	269.588	3.117.641
Passivos classificados como operações descontinuadas	-		275.455	1.034.107	-	1.309.562
Passivo não circulante	18.470.446	128.219	2.674.844	217.708	(4.180.292)	17.310.925
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(4.903.826)	48.092	(1.346.942)	-	2.945.710	(3.256.966)
Total do passivo e patrimônio líquido	16.660.153	199.794	1.334.394	1.251.815	(964.994)	18.481.162

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2021							
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	Eliminações (*)	Consolidado			
Receita líquida de serviços	1.602.775		-	-	1.602.775			
Receita de construção	32.024		-	-	32.024			
•	1.634.799		-	-	1.634.799			
Custo de serviços prestados	(1.255.344)		-	-	(1.255.344)			
Custo de construção	(32.024)		-	-	(32.024)			
Lucro bruto	347.431		-	-	347.431			
Despesas gerais e administrativas	(69.072)		(96.550)	(4.395)	(170.017)			
Equivalência patrimonial	-		(380.818)	400.126	19.308			
Outras receitas (despesas) operacionais	758.025		828.429	-	1.586.454			
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.036.384		351.061	395.731	1.783.176			
Receitas financeiras	43.105		76.689	(10.354)	109.440			
Despesas financeiras	(2.235.393)		(496.230)	8.287	(2.723.336)			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.155.904)	١	(68.480)	393.664	(830.720)			
Imposto de renda e contribuição social	177.757		(40.809)	_	136.948			
Correntes Diferidos	177.757		(40.809)	-	136.948			
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(978.147)	1	(109.289)	393.664	(693.772)			
Prejuízo de operações descontinuadas	-		(441.340)	-	(441.340)			
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda e descontinuado	(978.147)	ı	(550.629)	393.664	(1.135.112)			
Atribuível aos acionistas não controladores Atribuível aos acionistas controladores			- (550.629)		(584.483) (550.629)			

^(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

	Aeroportos	Mobilidade	Holding	FIDC	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	831.284	3.775	835.394	20.105	-	(357.689)	1.332.869
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	1.205.319	-	4.177.806	-	5.383.125
Ativo não circulante	14.207.754	22.981	458.891	-	-	(141.121)	14.548.505
Total do ativo	15.039.038	26.756	2.499.604	20.105	4.177.806	(498.810)	21.264.499
	Aeroportos	Mobilidade	Holding	FIDC	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido	Aeroportos	Mobilidade	Holding	FIDC	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido Passivo circulante	Aeroportos 1.960.286	Mobilidade 88	Holding 2.135.664	FIDC 54		Eliminações (*)	Consolidado 4.107.149
· · ·	·					, ,,	
Passivo circulante	·	88	2.135.664	54	descontinuada -	11.057	4.107.149
Passivo circulante Passivos classificados como operações descontinuadas	1.960.286	88	2.135.664 201.687	54	descontinuada - 3.820.407	11.057	4.107.149 4.022.094

^(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Imobilizado (Consolidado)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	30/09/2022
Custo							
Instalações		1.436	7	-	-	537	1.980
Máquinas e equipamentos		2.749	-	(7)	494	2.224	5.460
Móveis e utensílios		2.605	-	(6)	-	761	3.360
Veículos		2.295	381	(14)	(494)	3.212	5.380
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		5.023	18	-	-	9.442	14.483
Equipamentos de informática		14.144	141	(877)	277	2.157	15.842
Imobilizado em andamento		34	290	-	(277)	-	47
Outros		-	-	-	-	15	15
	_	28.286	837	(904)	-	18.348	46.567
Depreciação acumulada							
Instalações	13,6	(725)	(144)	-	-	(42)	(911)
Máquinas e equipamentos	9,2	(1.721)	(297)	3	-	(1.033)	(3.048)
Móveis e utensílios	9,2	(1.727)	(209)	6	-	(441)	(2.371)
Veículos	19,1	(2.398)	(400)	14	-	(1.400)	(4.184)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	(3.168)	(958)	-	-	(720)	(4.846)
Equipamentos de informática	19,6	(10.795)	(1.177)	582	-	(1.537)	(12.927)
Outros		· -	- ,	-	-	(15)	(15)
	_	(20.534)	(3.185)	605	-	(5.188)	(28.302)
	_	7.752	(2.348)	(299)	-	13.160	18.265

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	_						Continuação
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	31/12/2021
Custo							
Instalações		1.436	-	-	-		1.436
Máquinas e equipamentos		4.671	-	-	-	(1.922)	2.749
Móveis e utensílios		4.660	13	(1.228)	-	(840)	2.605
Veículos		5.728	-	(110)	-	(3.323)	2.295
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		5.512	-	-	-	(489)	5.023
Equipamentos de informática		15.970	1	(10)	53	(1.870)	14.144
Imobilizado em andamento		19	68	-	(53)	-	34
Outros		14	-	-	-	(14)	-
		38.010	82	(1.348)	-	(8.458)	28.286
Depreciação acumulada							
Instalações	13,6	(582)	(143)	-	-	-	(725)
Máquinas e equipamentos	9,2	(2.313)	(153)	-	-	745	(1.721)
Móveis e utensílios	9,2	(2.789)	(269)	886	-	445	(1.727)
Veículos	19,1	(3.424)	(135)	110	-	1.051	(2.398)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	(2.820)	(367)	-	-	19	(3.168)
Equipamentos de informática	19,6	(10.454)	(1.633)	6	-	1.286	(10.795)
Outros		(15)	-	-	-	15	-
	_	(22.397)	(2.700)	1.002	-	3.561	(20.534)
	_	15.613	(2.618)	(346)	-	(4.897)	7.752

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de setembro de 2022. 38

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Intangível (Consolidado)

	Taxas anuais de amortização %	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências *	Ativo mantido para venda	30/09/2022
Custo							
Software		77.107	39	-	465	1.706	79.317
Direito de concessão - investimento CLN		-	-	-	-	154.332	154.332
Direito de concessão - investimento GRU		15.057.078	101.265	-	-	-	15.158.343
Investimento para concessão		4.312.418	5.297	(72)	5.232	7.535	4.330.410
Andamento (c)		10.616	206.508	-	(5.697)	-	211.427
		19.457.219	313.109	(72)	-	163.573	19.933.829
Amortização							
Software	20	(38.681)	(4.782)	-	-	(1.270)	(44.733)
Direito de concessão - investimento CLN (a)	(a)	-	(2.992)	-	-	(47.168)	(50.160)
Direito de concessão - investimento GRU (b)	(b)	(5.107.739)	(558.256)	-	-	-	(5.665.995)
Investimento para concessão	(b)	(1.544.262)	(193.112)	27	-	-	(1.737.347)
	_	(6.690.682)	(759.142)	27	-	(48.438)	(7.498.235)
Intangível líquido	_	12.766.537	(446.033)	(45)	-	115.135	12.435.594

⁽a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

⁽b) A Amortização é de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

⁽c) O incremento no saldo de andamento refere-se ao projeto People Mover.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

							Continuação
	Taxas anuais de amortização %	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências *	Ativo mantido para venda	31/12/2021
Custo							
Software		77.433	392	-	529	(1.247)	77.107
Direito de concessão - investimento CLN		143.783	-	-	-	(143.783)	-
Direito de concessão - investimento GRU		14.828.895	196.763	(75)	31.495	-	15.057.078
Investimento para concessão		4.326.333	4.448	-	-	(18.363)	4.312.418
Andamento		22.636	20.004	-	(32.024)	-	10.616
Outros		2.683	-	-	-	(2.683)	-
	_	19.401.763	221.607	(75)	-	(166.076)	19.457.219
Amortização	_						
Software	20	(33.325)	(6.416)	-	-	1.060	(38.681)
Direito de concessão - investimento CLN (a)	(a)	(43.268)	-	-	-	43.268	-
Direito de concessão - investimento GRU (a)	(b)	(4.554.215)	(553.524)	-	-		(5.107.739)
Investimento para concessão	(b)	(1.292.839)	(251.449)	26	-		(1.544.262)
Outros		(157)	-	-	-	157	-
	_	(5.923.804)	(811.389)	26	-	44.485	(6.690.682)
Intangível líquido	_	13.477.959	(589.782)	(49)	-	(121.591)	12.766.537

⁽a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

⁽b) A Amortização é de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Especificamente com relação a Outorga GRU AIRPORT - com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

Segundo orientações contidas na OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

Em 30 de setembro de 2022, não foram identificados indicativos de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em agosto de 2023 e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão.

No que diz respeito à GRUAIRPORT, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2022, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2022 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto *GRU AIRPORT* que é amortizada de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX), pelo prazo da concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

12 Fornecedores

		Controladora		Consolidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	987	2.849	67.267	53.422
Fornecedores internacionais			388	655
Circulante	987	2.849	67.655	54.077

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)

						_			30/09/2022	31/12/2021
Empresas	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos	Garantia	Total circulante	Total não circulante	TOTAL	TOTAL
GRU AIRPORT	Finem Repasse direto	Real	dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(a)	342.759	1.796.439	2.139.198	2.361.695
GRU AIRPORT	Arrendamentos	Real	ago/25	CDI	7,71%	(a)	1.952	5.031	6.983	7.864
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(a)	151.557	528.965	680.522	669.951
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez/25 e out/26	-	-	-	(1.026)	(2.149)	(3.175)	(3.893)
CLN	BNB - FNE	Real	dez/24	-	4,12%	(a)	6.067	7.437	13.504	-
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez/24	-	-	-	(17)	(8)	(25)	-
INVEPAR	Debêntures	Real	abr/21 e out/24	IPCA	6,50%	(a)	-	960.852	960.852	875.881
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	abr/21 e out/24	-	-	-	-	(120)	(120)	(163)
						_	501.292	3.296.447	3.797.739	3.911.335
				Aplicação fina	anceira vinculada		(2.868)	-	(2.868)	-
				Total divida li	íquida	_	498.424	3.296.447	3.794.871	3.911.335

⁽a) Garantia de projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva. Para caso de execução de garantia de ações de uma Companhia, deverá ser observado o pacto comissório do Código Civil. Ou seja, após a execução da garantia e a transferência da propriedade das ações garantidas ao credor, as mesmas deverão ser vendidas a terceiros, de forma pública ou privada, sendo vedado a venda por preço vil. Logo, havendo recursos suficientes para pagar a dívida com a venda das ações a terceiros, o sobejo retornaria a Companhia. No entanto, caso a venda das ações não seja suficiente para quitar a dívida, a Companhia continuaria ser devedora.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

			30/09/2022
	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Empréstimos	347.893	1.808.899	2.156.792
Debêntures	150.531	1.487.548	1.638.079
	498.424	3.296.447	3.794.871
			31/12/2021
	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Empréstimos	322.347	2.047.212	2.369.559
Debêntures	129.849	1.411.927	1.541.776
	452.196	3.459.139	3.911.335

		Pagamento		Provisão	Juros	Custo de captação			20/00/2022
Empresas	31/12/2021 —	Principal Juros *		juros			Variação Monetária	Passivo mantido para venda	30/09/2022
GRU	3.035.617	(270.428)	(165.822)	220.740	2.703	718	-	-	2.823.528
CLN	-	(4.060)	(525)	385	-	18	-	17.661	13.479
INVEPAR	875.718	-	-	44.712	-	43	40.259	-	960.732
Total dívida	3.911.335	(274.488)	(166.347)	265.837	2.703	779	40.259	17.661	3.797.739
Aplicações financeiras	-								(2.868)
Dívida líquida	3.911.335							-	3.794.871

^{*} Na assinatura em 08 de novembro de 2021 da 3ª e 5ª Emissões, decorrente da restruturação ocorrida, a quantidade passou a ser de 9.946 e 43.429, respectivamente, totalizando o valor de R\$875.881 de debêntures a pagar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

INVEPAR

Rating

Debêntures INVEPAR

Em 19 de janeiro de 2022 a agência S&P elevou os *ratings* da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB' na Escala Nacional. Também foram elevados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar ("Debêntures"), passando de 'D' para 'brB+', respectivamente, com perspectiva estável.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU AIRPORT* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

A quebra dessas cláusulas restritivas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida e acionamento de cláusulas de *cross default* com efeito na Companhia.

Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia e sociedades controladas pelo mesmo controlador da Companhia estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. A declaração do vencimento antecipado de dívidas também poderá resultar no vencimento antecipado de dívidas assumidas no âmbito de outros contratos financeiros (*cross default e cross acceleration*).

A cláusula de cross default prevista no contrato celebrado pela Companhia é padrão de mercado.

GRU Airport

Debêntures GRU Airport

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente à 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá o seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, iniciou em 15 de março de 2017 e vai até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	2ª série	3ª série	4ª série
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	Série única
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Financiamento de longo prazo - Finem repasse direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 435.000, (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 487.000, e (iv) "subcrédito C" no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Caixa Econômica Federal. Todos os bancos, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 643.000; (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 187.000; e (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);

A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (ESA - Equity Support Agreement) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, covenants, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

CLN

Empréstimos e financiamentos

Em 2014, foi captado o montante de R\$ 35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período o pagamento de juros ocorre mensalmente junto com as parcelas de principal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Concessão de serviço público

	31/12/2021	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamentos	30/09/2022
Outorga variável	183.077	194.560	-	-	-	-	(183.077)	194.560
Outorga fixa	1.983.354	-	133.302	13.538	(72.955)	48.809	-	2.106.048
(-) Reequilíbrio	38.433	(5.378)	(811)	-	-	(48.809)	-	(16.565)
Circulante	2.204.864	189.182	132.491	13.538	(72.955)	-	(183.077)	2.284.043
Outorga fixa	12.624.248	-	863.898	87.728	72.955	-	-	13.648.829
(-) Reequilíbrio	(102.452)	-	(5.053)	_	-	-	-	(107.505)
Não Circulante	12.521.796	-	858.845	87.728	72.955	-	-	13.541.324
Total	14.726.660	189.182	991.336	101.266	-		(183.077)	15.825.367

⁽a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

⁽b) Compensação de Outorga Fixa conforme Decisão nº 477 da ANAC.

	31/12/2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamentos	31/12/2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	-	183.077
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	-	1.983.354
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	-	38.433
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	-	-	2.204.864
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	-	12.624.248
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.504)	1.612	-	-	-	-	(102.452)
Não Circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	170.046	(1.334.494)	-	-	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-		14.726.660

⁽a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

⁽b) Compensação de Outorga Fixa conforme Decisão nº 215 da ANAC.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) GRU AIRPORT

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas.

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19, houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2° da Lei n° 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação - Termo aditivo nº 006/2020

Com as alterações promovidas pela Lei n° 14.034 de 5 de agosto de 2020, em que prevê nos artigos 1° e 2° a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da COVID 19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Pleito de Repactuação

Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme portaria n° 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar.

Em 30 de maio de 2022, foi proferida sentença favorável reconhecendo o direito da Concessionária, concedendo a segurança para anular a decisão colegiada da ANAC, diante do reconhecimento dos requisitos previstos na Portaria n° 139, com efeitos retroativos a 18 de dezembro de 2021.

Em 06 de julho de 2022, a ANAC protocolou apelação em face da referida sentença e apresentou pedido de efeito suspensivo à Apelação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento "Novas exigências para alfandegamento". A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria n° 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão n° 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente à outorga variável do ano de 2020.O saldo remanescente não compensado de R\$ 89.079 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021.

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, o qual aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia da COVID-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devido as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Concessionária passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633.

Reequilíbrio econômico-financeiro - Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021

Em decorrência dos impactos causados pela pandemia da COVID-19, a ANAC aprovou em 06 de dezembro de 2021, o valor correspondente ao desequilíbrio verificado em 2021, o montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. O valor aprovado pela Agência foi concedido com base em valores realizados e projetados no exercício, contudo a Concessionária revisou o montante com base no realizado do exercício e mensurou um novo montante de R\$ 745.488.

Em 30 de maio de 2022 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós-covid-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2021 o montante de R\$ 750.866. A Concessionária reconheceu a diferença de R\$ 5.378 no ano corrente de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Reequilíbrio econômico-financeiro – Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022

Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people* mover, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal.

O projeto denominado APM – *Automated People Mover* terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

15 Provisão para riscos processuais

O grupo INVEPAR é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Consolidado							
Natureza do risco	31/12/2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	30/09/2022		
Trabalhistas (a)	30.805	7.906	(7.710)	1.786	32.787		
Cíveis (b)	6.862	4.705	(138)	1.256	12.685		
Tributários	54	5	(20)	1	40		
Administrativo / Ambientais	1.278	240	(604)	215	1.129		
Total	38.999	12.856	(8.472)	3.258	46.641		

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

(b) Riscos cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

Consolidado							
Natureza do risco	30/09/2022	31/12/2021					
Trabalhistas	4.419	2.356					
Cíveis (i)	196.064	170.684					
Tributários (ii)	700.095	605.611					
Administrativo / Ambientais (iii)	1.459	40.965					
Total	902.037	819.616					

- (i) A Controlada GRU AIRPORT possui processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.
- (ii) A Controlada GRU AIRPORT possui autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.
- (iii) A Controlada *GRU AIRPORT* possui autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo. Considerando o valor envolvido e a matéria discutida, vale destacar Ação Civil Pública por suposto ato de Improbidade Administrativa (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224) que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS estipulada pela Prefeitura de Guarulhos entre os anos de 2012 e 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Em 30 de setembro de 2022, a Invepar divulga no consolidado R\$ 35.090 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 31.159 em 31 de dezembro de 2021).

16 Patrimônio líquido (Controladora)

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.867.919, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.926.454.

As composições acionárias da Companhia em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 estão assim constituídas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Ordinárias	Preferênciais	Total	%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - "PREVI"	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economiários Federias - "FUNCEF"	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - "PETROS"	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégicas	35.764.281	69.117.380	104.881.661	24,44
Total	143.057.124	286.114.248	429.171.372	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

17 Receita

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados consolidados em 30 de setembro de 2022 e 2021 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	Consolidado						
	30/09/2022	30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021			
Receita com armazenagem e capatazia	806.876	615.601	296.086	196.133			
Receitas de aeronaves e passageiros	756.588	413.541	287.507	170.839			
Receita de pedágio	56.343	-	18.414	-			
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	832.162	533.916	296.864	203.981			
Impostos, deduções e cancelamentos	(693.772)	(440.369)	(255.912)	(166.449)			
Receita de serviços	1.758.197	1.122.689	642.959	404.504			
Receita de construção	5.697	29.449	1.632	8.426			
Receita total	1.763.894	1.152.138	644.591	412.930			

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18 Custos e despesas por natureza

	Controladora			Consolidado				
	30/09/2022	30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021
Pessoal e encargos	(14.875)	(44.544)	(4.645)	(9.032)	(106.853)	(123.257)	(36.663)	(39.433)
Conservação e manutenção	(136)	(235)	(35)	(72)	(77.883)	(53.791)	(21.516)	(12.500)
Serviços de terceiros	(1.528)	(8.743)	(24)	(40.394)	(113.896)	(99.222)	(46.892)	(78.881)
Depreciação e amortização	(5.242)	(8.638)	(1.732)	(2.876)	(762.188)	(610.958)	(254.582)	(204.029)
Consultoria e assessoria	(7.944)	(10.564)	(4.473)	(4.591)	(15.956)	(16.747)	(6.935)	(5.750)
Aluguéis e impostos	(505)	(1.024)	(237)	(560)	(6.977)	(6.361)	(2.362)	(2.260)
Seguros e garantias	(85)	(101)	(32)	(24)	(10.048)	(8.681)	(3.430)	(3.081)
Energia elétrica	(56)	(89)	(5)	(31)	(38.556)	(26.962)	(10.807)	(9.228)
Contingências	223	(136)	52	(158)	(10.681)	(19.581)	(3.429)	1.237
PECLD*	-		-	-	(8.909)	28.230	13.131	16.560
Custo de construção	-		-	-	(5.697)	(29.449)	(1.632)	(8.426)
Outorga variável	-		-	-	(191.350)	(128.144)	(70.259)	(47.610)
Reequilíbrios econômicos financeiros	-		-	-	251.423	46.376	110.654	43.318
Impairment*	33.817	149.299	51.752	(4.157)	33.817	149.299	51.752	(4.157)
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.446)	(132.681)	(64.370)	903	(41.262)	(146.284)	(68.064)	(14.187)
	(33.777)	(57.456)	(23.749)	(60.992)	(1.105.016)	(1.045.532)	(351.034)	(368.427)
Custo de serviços prestados	-	-	-	-	(1.219.316)	(920.223)	(420.731)	(312.206)
Custo de construção	-	-	-	-	(5.697)	(29.449)	(1.632)	(8.426)
Despesas gerais e administrativas	(32.502)	(74.074)	(11.174)	(57.740)	(139.969)	(137.287)	(29.383)	(63.583)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.275)	16.618	(12.575)	(3.252)	259.966	41.427	100.712	15.788
	(33.777)	(57.456)	(23.749)	(60.992)	(1.105.016)	(1.045.532)	(351.034)	(368.427)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Resultado financeiro

		Controladora			Consolidado			
	30/09/2022	30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021
Receitas financeiras								
Desconto obtido	4	-	-	-	635	345	134	345
Juros ativos	42.651	39.827	15.673	14.116	52.192	41.949	19.938	15.025
Juros sobre aplicações financeiras	25.667	11.310	9.683	4.759	163.603	33.044	72.020	15.778
Juros FIDIC	-		-	-	-	5.568	-	297
Operações de <i>Hedge</i>	-	7.907	-	3	-	7.904	-	-
Variação monetária ativa	448	320	281	320	835	393	342	393
Variações cambiais ativas	26	5	1	5	183	231	63	231
Outros	-	-	-	(254)	(1.280)	26.958	(4.334)	4.413
Total receitas financeiras	68.796	59.369	25.638	18.949	216.168	116.392	88.163	36.482
Despesas financeiras								
Comissões e despesas bancárias	(646)	(511)	(221)	(167)	(3.388)	(3.442)	(1.218)	41.928
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(154.251)	(167.537)	(51.094)	(47.173)
Variação monetária passiva	(40.366)	(159.622)	8.086	(159.622)	(41.070)	(159.622)	` 7.940 [′]	(159.622)
Variações cambiais passivas	-	- /	-	-	(273)	` (129)	(181)	` (129)
Juros sobre debêntures	(44.711)	(246.234)	(15.146)	(87.159)	(111.197)	(308.308)	(21.182)	(144.610)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	- '	-	-	(997.203)	(1.376.474)	`14.152 [´]	(587.872)
Outros	(3.627)	(2.123)	(1.202)	98.933	(9.525)	(41.047)	(2.562)	46.293
Total despesas financeiras	(89.350)	(408.490)	(8.483)	(148.015)	(1.316.907)	(2.056.559)	(54.145)	(851.185)
Total resultado financeiro	(20.554)	(349.121)	17.155	(129.066)	(1.100.739)	(1.940.167)	34.018	(814.703)

^(*) A Concessionária GRU AIRPORT se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33 R1) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 30 de setembro de 2022 e 2021.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Operações continuadas:

	30/09/2022			30/09/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(58.563)	(117.125)	(175.688)	(320.475)	(640.949)	(961.424)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,409)	(0,409)		(2,240)	(2,240)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	30/09/2022			30/09/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(58.563)	(117.125)	(175.688)	(320.475)	(640.949)	(961.424)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	-	-	-	(307)	(615)	(922)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(58.563)	(117.125)	(175.688)	(320.782)	(641.564)	(962.346)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,409)	(0,409)		(2,242)	(2,242)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis. Apenas a coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações.

Operações descontinuadas

	30/09/2022			30/09/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído			_			_
Prejuízo das operações descontinuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(19.331)	(38.663)	(57.994)	(152.585)	(305.171)	(457.756)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,135)	(0,135)		(1,067)	(1,067)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Seguros (Não revisado)

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis intermediárias e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
CRT	Responsabilidade Civil Geral	10.000	14/09/2021	14/03/2023	Fairfax Brasil
CRT	Riscos Operacionais	55.000	14/07/2022	14/01/2023	Generalli
CRT	Garantia ao Poder Concedente	32.548	21/09/2022	21/03/2023	Pottencial
CRT	Responsabilidade cívil administradores D&O	25.000	21/07/2022	14/07/2023	Starr
CRT	Veículos	4.546	30/01/2022	30/01/2023	Tokio Marine
CLN	Garantia ao Poder Concedente	7.881	24/03/2022	24/03/2023	BMG
CLN	Responsabilidade Civil Geral	40.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
CLN	Responsabilidade cívil administradores D&O	100.000	04/05/2022	04/05/2023	Berkley Internacional
CLN	Riscos Operacionais	100.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
CLN	Veículos	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
LAMSA	Garantia ao Poder Concedente	31.992	18/12/2021	18/12/2022	BMG
LAMSA	Responsabilidade Civil Geral	60.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
LAMSA	Responsabilidade cívil administradores D&O	100.000	04/05/2022	04/05/2023	Berkley Internacional
LAMSA	Riscos Operacionais	280.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
LAMSA	Veículos	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
INVEPAR	Responsabilidade Civil Geral	10.000	01/08/2022	01/08/2023	Fairfax Brasil
INVEPAR	Riscos Operacionais	1.139	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
V040	Garantia ao Poder Concedente	401.338	24/03/2022	24/03/2023	BMG
V040	Responsabilidade Civil Geral	30.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
V040	Riscos Operacionais	280.000	01/08/2022	01/08/2023	Tokio Marine
V040	Veículos	100% da tabela FIPE	24/08/2022	24/08/2023	Porto Seguro
V040	Fiança Locatícia	955.826	02/03/2022	12/03/2023	Pottencial
V040	Fiança Locaticia	324.000	29/08/2021	30/04/2023	Pottencial
INSTITUTO	Responsabilidade cívil administradores D&O	100.000	04/05/2022	04/05/2023	Pottencial

22 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Foi requerida avaliação na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Esses valores estão representados substancialmente por aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

	Consolidado					
_	30/09/	2022	31/12/2021			
Instrumentos Financeiros	Valor	Custo	Valor	Custo		
instrumentos Financeiros	justo	amortizado	justo	amortizado		
Ativos						
Caixa e equivalante de caixa	632.566	-	358.366	-		
Aplicações financeiras	1.824.567	-	1.171.196	-		
Contas a receber	-	483.139	-	267.362		
Venda de investimento	-	99.311	-	99.311		
Partes relacionadas	-	140.796	-	134.064		
Total do ativo	2.457.133	723.246	1.529.562	500.737		
Passivos						
Fornecedores	-	67.655	-	54.077		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3.794.871	-	3.911.335		
Dividendos e JSCP propostos	-	24.073	-	24.073		
Concessão de serviço público	-	15.825.368	-	14.726.660		
Obrigações com empregados e administradores	-	28.228	-	25.532		
Total do passivo	-	19.740.195	-	18.741.677		

	Controladora					
_	30/09/2	2022	31/12/2021			
Instrumentos Financeiros	Valor	Custo	Valor	Custo		
instrumentos rinanceiros	justo	amortizado	justo	amortizado		
Ativos				_		
Caixa e equivalante de caixa	274.157	-	250.810	-		
Aplicações financeiras	29.329	-	121.916	-		
Contas a receber	-	124	-	-		
Venda de investimento	-	99.311	-	99.311		
Partes relacionadas	-	319.903	-	302.217		
Dividendos e JSCP propostos	-	165.988	-	171.563		
Total do ativo	303.486	585.326	372.726	573.091		
Passivos						
Fornecedores	-	987	-	2.849		
Partes relacionadas	-	274	-	261		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	960.732	-	875.718		
Dividendos e JSCP propostos	-	22.841	-	22.841		
Obrigações com empregados e administradores	-	4.813	-	8.518		
Total do passivo	-	989.647	-	910.187		

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado					
Mensurados a valor justo Ativos financeiros	30/09/2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Caixa e equivalente de caixa	632.566	632.566	-	-		
Aplicações financeiras	1.824.567	<u> </u>	1.824.567			
Total	2.457.133	632.566	1.824.567	-		
Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	30/09/2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Emprestimos, financiamentos e arrendamentos	2.156.792	_	2.156.792	_		
Debêntures (*)	1.641.374	-	1.641.374	_		
Concessão de serviço público	15.825.368	-	-	15.825.368		
Total	19.623.534		3.798.166	15.825.368		
•						
(*) Desconsidera o valor do custo de captação.						
		Consol	idado			
Mensurados a valor justo Ativos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Caixa e equivalente de caixa	358.366	358.366	_	_		
Aplicações financeiras	1.171.196	-	1.171.196	_		
Total	1.529.562	358.366	1.171.196			
Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Emprestimos, financiamentos e arrendamentos	2.369.559	_	2.369.559	_		
Debêntures (*)	1.545.832	_	1.545.832	_		
Concessão de serviço público	14.726.660	-	-	14.726.660		
Total	18.642.051		3.915.391	14.726.660		

^(*) Desconsidera o valor do custo de captação.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

• Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado. As debêntures em 30 de setembro de 2022 apresentam saldo de R\$1.638.079 (R\$1.541.776 em 31 de dezembro de 2021).

• Concessão de serviço público

Os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas tiveram ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Em relação ao passivo de concessão de *GRU AIRPORT* a exposição de risco é relacionada ao IPCA.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Nota explicativa nº 5.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos, conforme divulgado na nota explicativa n° 1.

2022	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	67.655	-	-	-	67.655
Empréstimos e financiamentos e debêntures	519.089	1.097.807	1.331.846	309.359	3.258.101
Debêntures	136.452	1.208.505	508.519	56.120	1.909.596
Concessão de serviço público	1.983.353	3.089.322	3.285.118	11.095.432	19.453.225

(e) Análise de sensibilidade de variações e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic ativa (% ao ano)	13,75%	10,31%	6,88%
DI Ativo (% ao ano)	13,65%	10,24%	6,83%
DI Passivo (% ao ano)	13,65%	17,06%	20,48%
TR Passivo (% ao ano)	1,17%	1,46%	1,76%
TJLP (% ao ano)	7,01%	8,76%	10,52%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$5,41	R\$4,05	R\$2,70
IPCA Ativo (% ao ano)	7,07%	5,30%	3,54%
IPCA Passivo (% ao ano)	7,07%	8,84%	10,61%

Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o *ranking* do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela a seguir são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

(f.1) Ativo financeiro

Controladora

			_	RESULTADO		
Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR	CDB	DI	303.471	41.424	31.077	20.730
TOTAL			303.471	41.424	31.077	20.730

Consolidado

					RESULTADO	
Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
GRUPAR	CDB	DI	2.095.135	285.986	214.508	143.032
INVEPAR	CDB	DI	303.471	41.424	31.077	20.730
LMBRA	CDB	DI	23.511	3.209	2.407	1.605
CLN	CDB	DI	25.045	3.419	2.564	1.709
GRUPAR	CDB	DI	134	18	14	9
TOTAL			2.447.296	334.056	250.570	167.085

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(f.2) Passivo financeiro

Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR (controladora)	Debêntures	IPCA	960.732	67.924	84.905	101.886
TOTAL			960.732	67.924	84.905	101.886

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR (controladora)	Debêntures	IPCA	960.732	67.924	84.905	101.886
GRU AIRPORT	Concessão	IPCA	15.825.368	2.160.163	2.700.203	3.240.244
GRU AIRPORT	Empréstimos	TJLP	2.146.181	150.447	187.568	225.131
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	677.347	47.888	59.861	71.833
CLN	Empréstimos	DI	10.611	1.448	1.811	2.173
TOTAL			19.620.239	2.427.871	3.034.348	3.641.267

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

		Controladora	Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	960.732	875.718	3.794.871	3.911.335	
Obrigações com poderes concedentes	-	-	15.825.368	14.726.660	
Caixa e equivalentes de caixa	(274.157)	(250.810)	(632.566)	(358.366)	
Aplicações financeiras	(29.329)	(121.916)	(1.824.567)	(1.171.196)	
Dívida líquida	657.246	502.992	17.163.106	17.108.433	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.346.943)	(1.113.261)	(3.256.966)	(2.822.583)	
Patrimônio líquido e dívida líquida	(689.697)	(610.269)	13.906.140	14.285.850	

23 Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado		
	30/09/2022	30/09/2021	
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	2.703	612	
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	101.265	65.311	
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	5.958	1.831	
Compensação outorga	48.809	156.002	
	158.735	223.756	

24 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia mantém ativos mantidos para venda e operações descontinuadas em 30 de setembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, descrito o momento das quais foram classificadas como mantidas a venda e operações descontinuadas, discriminadas em Nota 8. Segue demonstrativo da forma como estão distribuídos os ativos e passivos das Companhias:

Ativo mantido para venda e operação descontinuada

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	CON	ITROLADORA	CONSOLIDADO		
Controladas	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Ativo - PEX					
Circulante	-	-	2.735	2.806	
Não circulante	-	-	42	-	
Investimento - Pex	450	607	-	-	
Total Ativo PEX	450	607	2.777	2.806	
Ativo - VIA040					
Circulante	-	_	81.013	61.029	
Não circulante	_	_	869.041	926.799	
Investimento - Via040	_	_	-	126.458	
Total	-	-	950.054	1.114.286	
Ativo - LAMSA					
Circulante	_	_	135.601	73.372	
Não circulante	_	_	347.892	360.023	
Investimento - LAMSA	184.059	127.949	-	-	
Total	184.059	127.949	483.493	433.395	
Adina CLN					
Ativo - CLN				30.112	
Circulante	-	-	-		
Não circulante	-	- 105.070	-	131.826	
Investimento - CLN	<u>-</u>	105.878	<u>-</u>	- 404 000	
	-	105.878	-	161.938	
Total	184.509	234.434	1.436.324	1.712.425	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo mantido para venda e operação descontinuada:

	CON	NTROLADORA	CONSOLIDADO	
Controladas	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Passivo - PEX				
Circulante	-	-	2.032	2.199
Não circulante			46	
Total	_		2.078	2.199
Passivo - VIA040				
Circulante	-	-	100.446	978.651
Não circulante	-	_	1.063.055	87.098
Investimento - VIA040	275.455	174.895	-	_
Total	275.455	174.895	1.163.501	1.065.749
Passivo - LAMSA				
Circulante	_	_	56.781	189.395
Não circulante	-	_	87.202	102.576
Total			143.983	291.971
Bassina CLN				
Passivo - CLN				20.050
Circulante	-	-	-	28.858
Não circulante				17.517
Total				46.375
Total	275.455	174.895	1.309.562	1.406.294

Resultado das operações mantidas para venda e operação descontinuada:

	CONSOLIDADO		
Resultado do período	30/09/2022	30/09/2021	
Controlada CLN	-	5.627	
Controlada PEX	(68)	(34)	
Controlada VIA040	(100.561)	(175.070)	
Controlada LAMSA	42.635	5.227	
Controlada METRORIO	-	(216.281)	
Controlada METROBARRA	-	(76.170)	
Coligada CRA	-	1.002	
Coligada CBN		(2.057)	
	(57.994)	(457.756)	

PEX

Em 7 novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX. Até a data de 30 de setembro de 2022, a mesma Companhia continua como uma empresa descontinuada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

VIA040

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia decidiu descontinuar as operações da Controlada VIA040 apoiada no Decreto nº 9.957/2019 que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário (Vide Notas explicativas 1.a, 2.23 e 8). Diante das documentações e aditivos mencionados em Nota 1, a Companhia como processo de Relicitação continua com as operações da Concessão descontinuada, aguardando nova relicitação pelo poder Concedente. Em evento subsequente em 17 de fevereiro de 2022, Concessionária BR040, assina aditivo ao Contrato de Concessão Originário, do 3º termo aditivo, pelo prazo de 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022, em que o vencimento da concessão passa a ser até 18 de agosto de 2023, conforme a cláusula segunda. Em cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio a ser praticada desse termo aditivo será de R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa no 3º termo aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

CLN

Em 08 de junho de 2021, a Invepar informou ao mercado em geral que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de toda a sua participação (92,92%) na sua Controlada Concessionária Litoral Norte ("CLN"). Em 30 de junho de 2022, a Administração em cumprimento ao CPC 31 item 8 desclassificou de ativos mantidos para venda, por não ter havido evolução no processo de venda (vide nota explicativa n° 8).

LAMSA

Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo, descrita na nota explicativa 8 (c). A Companhia, aguarda decisão judicial referente à tarifação, para finalizar o Acordo de Reestruturação que foi assinado em 28 de setembro de 2020.

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia foi notificada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através do Ofício n° MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o n° 03/000.200/202 para apurar a nulidade do 11° Aditivo – TA do Contrato de Concessão n° 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11° Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1° de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

A Companhia já vem adotando todas as providências para o fim de exercer com plenitude seu amplo direito de defesa quer administrativa; quer judicialmente.

25 Eventos subsequentes

Até a data desta divulgação das informações contábeis intermediárias a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente a ser divulgado.

* * *